

**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

TERMO DE REFERÊNCIA N° 051/2026

Processo Administrativo Interno nº 2109/2026 ID 109041.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de luminárias destinadas à manutenção e melhoria do sistema de iluminação pública municipal, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, com recursos vinculados à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

A execução contratual observará as condições estabelecidas neste termo de referência e demais normas aplicáveis, visando garantir a eficiência, a economicidade e a continuidade do serviço essencial de iluminação pública, em benefício da segurança e do bem-estar da população.

1.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE 1 - LUMINÁRIAS | | | |
|----------------------------|---|------------------------|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QTD. |
| 01 | LUMINÁRIA EM TECNOLOGIA LED SMD, MOD. IP 66 BIVOLT 120 V 277 V, FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,92. TEMPERATURA DE COR DE 4.000 K A 5.000K - POTÊNCIA 60 W Luminária em tecnologia LED SMD, mod. IP 66 bivolt 120 V 277 V, Fator de Potência superior a 0,92. Temperatura de cor de 4.000 k a 5.000k, corpo em alumínio injetado e/ou extrudado, com base p/ relê embutida 7 pinos, driver interno dimerizável com ajuste de ângulo de instalação +- 15 graus. Dispositivo Proteção para Surto (DPS) 10kV / 12 kA e bornes de ligação elétrica, encaixe para braço tubular com diâmetro entre 25 mm até 60,3 mm, Potência 60 W Eficiência Luminosa mínima a 25 °C 140lm/W. A luminária deve conter certificação do INMETRO, Selo | UND. | 1.000 |

**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

| | | | |
|----|---|------|-------|
| | PROCEL e garantia de no mínimo 5 anos. | | |
| 02 | <p>LUMINÁRIA EM TECNOLOGIA LED SMD, MOD. IP 66 BIVOLT 120 V 277 V, FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,92. TEMPERATURA DE COR DE 4.000 K A 5.000K - POTÊNCIA 80 W</p> <p>Luminária em tecnologia LED SMD, mod. IP 66 bivolt 120 V 277 V, Fator de Potência superior a 0,92. Temperatura de cor de 4.000 k a 5.000k, corpo em alumínio injetado e/ou extrudado, com base p/ relê embutida 7 pinos, driver interno dimerizável com ajuste de ângulo de instalação +- 15 graus. Dispositivo Proteção para Surto (DPS) 10kV / 12 kA e bornes de ligação elétrica, encaixe para braço tubular com diâmetro entre 25 mm até 60,3 mm, Potência 80 W Eficiência Luminosa mínima a 25 °C 140lm/W.</p> <p>A luminária deve conter certificação do INMETRO, Selo PROCEL e garantia de no mínimo 5 anos.</p> | UND. | 1.650 |
| 03 | <p>LUMINÁRIA EM TECNOLOGIA LED SMD, MOD. IP 66 BIVOLT 120 V 277 V, FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,92. TEMPERATURA DE COR DE 4.000 K A 5.000K - POTÊNCIA 150 W</p> <p>Luminária em tecnologia LED SMD, mod. IP 66 bivolt 120 V 277 V, Fator de Potência superior a 0,92. Temperatura de cor de 4.000 k a 5.000k, corpo em alumínio injetado e/ou extrudado, com base p/ relê embutida 7 pinos, driver interno dimerizável com ajuste de ângulo de instalação +- 15 graus. Dispositivo Proteção para Surto (DPS) 10kV / 12 kA e bornes de ligação elétrica, encaixe para braço tubular com diâmetro entre 25 mm até 60,3 mm, Potência 150 W Eficiência Luminosa mínima a 25 °C 140lm/W.</p> <p>A luminária deve conter certificação do INMETRO, Selo PROCEL e garantia de no mínimo 5 anos.</p> | UND. | 300 |
| 04 | <p>LUMINÁRIA EM TECNOLOGIA LED SMD, MOD. IP 66 BIVOLT 120 V 277 V, FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A</p> | UND. | 120 |

**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>0,92. TEMPERATURA DE COR DE 4.000 K A 5.000K - POTÊNCIA 180 W</p> <p>Luminária em tecnologia LED SMD, mod. IP 66 bivolt 120 V 277 V, Fator de Potência superior a 0,92. Temperatura de cor de 4.000 k a 5.000k, corpo em alumínio injetado e/ou extrudado, com base p/ relê embutida 7 pinos, driver interno dimerizável com ajuste de ângulo de instalação +- 15 graus. Dispositivo Proteção para Surto (DPS) 10kV / 12 kA e bornes de ligação elétrica, encaixe para braço tubular com diâmetro entre 25 mm até 60,3 mm, Potência 180 W Eficiência Luminosa mínima a 25 °C 140lm/W.</p> <p>A luminária deve conter certificação do INMETRO, Selo PROCEL e garantia de no mínimo 5 anos.</p> | | |
|--|--|--|--|

LOTE 2 - RELE FOTOELETRONICO

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE MEDIDA | QTD. |
|------|---------------------------------------|-----------------|-------|
| 01 | RELE FOTOELETRONICO 220V-1000W | UND. | 3.000 |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 155, de 30 de março de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são produtos com características e padrões de desempenho definíveis de forma objetiva.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

A solução proposta consiste na aquisição de luminárias destinadas à manutenção e modernização do sistema de iluminação pública municipal, com o objetivo de garantir a continuidade, a eficiência e a adequada prestação dos serviços à população. A contratação abrangerá o fornecimento de luminárias que atendam aos padrões técnicos exigidos para iluminação pública, priorizando equipamentos com maior durabilidade, eficiência energética e facilidade de instalação e manutenção.

A adoção desta solução permitirá ao Município manter o controle direto sobre a gestão dos equipamentos, possibilitando o planejamento adequado da substituição de luminárias danificadas, obsoletas ou com baixo desempenho luminoso. A aquisição de forma planejada contribuirá para a formação de estoque estratégico, reduzindo o tempo de resposta às demandas de manutenção e assegurando maior continuidade no funcionamento do sistema.

Destaca-se que os serviços de instalação, substituição e manutenção das luminárias serão executados por empresa já contratada pelo Município para essa finalidade, o que garante a operacionalização da solução sem a necessidade de nova contratação de serviços. Essa integração entre fornecimento de materiais e execução dos serviços proporciona maior eficiência, agilidade no atendimento das demandas e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A solução contempla, ainda, a possibilidade de aquisição de luminárias com tecnologia mais eficiente, incluindo modelos que proporcionem melhor desempenho luminoso e menor consumo de energia elétrica, contribuindo para a redução de custos operacionais, aumento da vida útil dos equipamentos e melhoria das condições de segurança em vias públicas, praças e demais espaços urbanos.

Assim, a solução como um todo consiste no fornecimento contínuo e planejado de luminárias para reposição e modernização do parque de iluminação pública, associado à execução dos serviços por empresa já contratada, assegurando maior controle administrativo, economicidade, eficiência e adequada prestação dos serviços de iluminação pública no âmbito municipal.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A necessidade é relevante porque a iluminação pública constitui um serviço essencial, diretamente relacionado à segurança, à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população.

A adequada manutenção e funcionamento desse sistema garantem que vias, praças e demais





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

espaços públicos permaneçam acessíveis e seguros durante o período noturno, atendendo às atribuições da Administração Pública e ao interesse coletivo.

O atendimento dessa necessidade gera impactos positivos expressivos, como a redução de acidentes de trânsito, maior segurança para pedestres e condutores, diminuição da criminalidade em áreas mal iluminadas, valorização dos espaços urbanos e incentivo ao uso de espaços públicos no período noturno. Além disso, contribui para o fortalecimento do comércio local e para o desenvolvimento social, ao promover ambientes mais seguros e atrativos para a população.

Registra-se, ainda, que houve a instauração do Processo Administrativo nº 4304/2025, com a mesma finalidade. Contudo, em razão de falhas no planejamento da Secretaria demandante, especialmente quanto à estimativa de quantitativos, a quantidade inicialmente contratada mostrou-se insuficiente para atender à demanda real do Município, não sendo sequer possível a adequada ampliação por meio de aditivo contratual. Tal situação evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento do planejamento, com levantamento mais preciso das demandas, a fim de evitar descontinuidade ou insuficiência na prestação do serviço.

Por outro lado, a não observância dessa necessidade pode acarretar consequências negativas relevantes, como o aumento da insegurança, maior incidência de acidentes, sensação de abandono por parte da população, desvalorização de áreas urbanas e comprometimento da eficiência na prestação dos serviços públicos.

Conclui-se, portanto, que garantir a adequada prestação do serviço de iluminação pública é fundamental para a promoção do bem-estar coletivo, para a segurança da população e para o cumprimento das responsabilidades institucionais do Município. Assim, justifica-se a adoção de medidas que assegurem não apenas a continuidade, mas também a eficiência e a suficiência do serviço, com base em planejamento adequado e dimensionamento correto das necessidades.

3.2. Interesse Público

Essa necessidade atende ao interesse público ao assegurar a prestação adequada de um serviço essencial sob responsabilidade do Município, contribuindo diretamente para a eficiência da gestão pública e para o atendimento das demandas da coletividade. A manutenção e o correto funcionamento do sistema de iluminação pública melhoram a qualidade dos serviços oferecidos, garantindo maior regularidade, segurança e confiabilidade na utilização dos espaços urbanos.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

No que se refere à qualidade de vida da população, a iluminação adequada proporciona maior segurança no deslocamento de pedestres e veículos, reduz a sensação de insegurança e permite o uso de vias, praças e demais áreas públicas no período noturno, favorecendo o convívio social e o bem-estar dos cidadãos.

Além disso, contribui para o desenvolvimento local, uma vez que ambientes bem iluminados estimulam a atividade comercial, aumentam a circulação de pessoas e valorizam o espaço urbano, gerando impactos positivos na economia do município.

Por fim, atende às obrigações da Administração Pública ao garantir o cumprimento do dever constitucional de prestar serviços públicos de forma eficiente e contínua, promovendo segurança, acessibilidade e condições adequadas de uso dos espaços públicos, em benefício de toda a coletividade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços;
- 4.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.3. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- 4.4. Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- 4.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 4.6. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;
- 4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);
- 4.8. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.
- 4.9. Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP);
- 4.10. Declaração de Inidoneidade;

5. REQUISITOS LEGAIS



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

5.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

6. REQUISITOS TEMPORAIS

6.1. O fornecimento das luminárias deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, mediante emissão de ordem de fornecimento, não havendo cronograma fixo de entregas, em razão da natureza variável das substituições necessárias no parque de iluminação pública.

6.2. O prazo de entrega deverá ser estabelecido em instrumento convocatório, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento, devendo ser compatível com a urgência do serviço público e suficiente para evitar a descontinuidade da iluminação em vias, praças e demais espaços urbanos.

6.3. As entregas deverão priorizar a celeridade no atendimento, especialmente em situações que envolvam pontos críticos ou falhas que comprometam a segurança da população, assegurando recomposição rápida do sistema de iluminação.

6.4. Em casos emergenciais, poderá ser exigida prioridade no fornecimento, com prazos reduzidos em relação às entregas ordinárias, visando minimizar riscos à integridade física de pedestres e condutores.

6.5. O cumprimento dos prazos estabelecidos será condição essencial para a adequada execução contratual, devendo ser observado rigorosamente pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas em instrumento contratual e legislação vigente.

6.6. A luminária deve conter certificação do INMETRO.

6.7. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1 As luminárias fornecidas deverão possuir garantia de mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho, conforme padrões técnicos aplicáveis ao setor de iluminação pública, assegurando a substituição ou reparo dos equipamentos que apresentem vícios ou falhas durante o período de garantia.

7.2 A garantia deverá abranger todos os componentes das luminárias, incluindo corpo, driver, módulo de LED (quando aplicável) e demais partes integrantes, não sendo admitida limitação que comprometa o pleno funcionamento do equipamento.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

7.3 A contratada deverá assegurar assistência técnica adequada para análise, diagnóstico e solução de eventuais defeitos, incluindo a substituição dos equipamentos defeituosos sem ônus adicional ao Município, dentro do prazo de garantia estabelecido.

7.4 O atendimento das solicitações de garantia deverá ocorrer em prazo compatível com a urgência do serviço público, considerando o impacto direto da iluminação pública na segurança da população e na utilização dos espaços urbanos.

7.5 Em caso de constatação de defeito recorrente ou vício de fabricação em lote específico, deverá ser realizada a substituição integral dos itens afetados, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

7.6 A garantia somente poderá ser considerada válida se acompanhada de suporte técnico formal, com canal de atendimento acessível e registro das solicitações realizadas pelo Município, garantindo rastreabilidade e controle das ocorrências.

8. REQUISITOS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

8.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços;

9. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

9.1. O fornecimento dos produtos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) ou empenho emitido pela Contratante.

9.2. A OFB ou empenho indicará o tipo produto, a quantidade e a localidade na qual os produtos deverão ser entregues.

9.3. O andamento do fornecimento dos produtos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

9.4. Subcontratação

9.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

b) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

10.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

10.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

10.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

10.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto licitado;

10.2. São obrigações do CONTRATADO:

10.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

10.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

10.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

10.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;

10.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Rotinas de Execução – Do Encaminhamento Formal de Demandas





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

11.1.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou Nota de Empenho para a entrada dos bens desejados.

11.1.2. O contratado deverá fornecer os produtos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB ou Nota de Empenho.

11.1.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

11.2. Forma de Execução e Acompanhamento do Contrato – Condições de Entrega:

11.2.1. Em conformidade com o item 6 e seus subitens.

11.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.3. Formas de transferência de conhecimento

11.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

11.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

11.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

11.5.1. Cada OFB ou Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

11.6. Mecanismos formais de comunicação

11.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

11.6.1.1. Ordem de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho;

11.6.1.2. Ata de Reunião;

11.6.1.3. Ofício;

11.6.1.4. Sistema de abertura de chamados;

11.6.1.5. E-mails.

11.7. Formas de pagamento

11.7.1. No ato da entrega, a proponente vencedora apresentará a nota fiscal referente ao objeto entregue e será paga em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega da nota, em conformidade





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

com o cronograma de desembolso financeiro, mediante crédito em conta corrente bancária, sendo que as notas fiscais serão atestadas pelo setor responsável pela fiscalização das entregas.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Fiscalização

12.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.6. Fiscalização Administrativa

12.6.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.6.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.7. Gestor do Contrato

12.7.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.7.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.7.4. O gestor do contrato emitirá, quando necessário, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.7.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.8. Critérios de Aceitação

12.8.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

A) Conformidade das luminárias com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, incluindo potência, eficiência luminosa, padrão construtivo e demais características exigidas para aplicação em iluminação pública.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

B) Integridade física dos produtos, devendo as luminárias ser entregues sem avarias, defeitos, trincas, deformações ou qualquer indício de dano decorrente de transporte ou armazenamento inadequado.

C) Adequação dos produtos às normas técnicas aplicáveis, incluindo certificações e padrões de qualidade exigidos por órgãos reguladores e normativos do setor de iluminação pública.

D) Funcionamento adequado dos equipamentos, quando aplicável verificação prática, assegurando que as luminárias apresentem desempenho compatível com o especificado pelo fabricante e pela Administração.

E) Correspondência entre os itens entregues e a ordem de fornecimento, quanto a quantitativos, modelos, especificações e demais características contratadas, não sendo admitidas divergências.

F) Embalagem e identificação adequadas, de forma a garantir proteção dos produtos durante o transporte e facilitar a conferência e o recebimento pela Administração.

G) Apresentação de garantia e documentação técnica exigida, quando aplicável, incluindo manuais, certificados e demais registros necessários à comprovação da qualidade e procedência dos itens.

H) Em caso de não conformidade com qualquer dos critérios estabelecidos, os produtos poderão ser recusados total ou parcialmente, devendo ser substituídos pela contratada sem ônus adicional ao Município, no prazo estabelecido pela Administração.

12.8.2. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a substituir todos os objetos rejeitados, sem custo adicional para a administração.

12.9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

12.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

12.9.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.9.5.1. Para as infrações previstas no “**item 12.9.1, alínea a**” e item “**12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.5.2. Para as infrações previstas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item “**12.9.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item “**12.13.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no “**item 12.9.2, alíneas f, g**”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento do Objeto

13.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em caso de eventual prorrogação do recebimento definitivo, fica automaticamente prorrogado o prazo de pagamento dos materiais entregues.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Liquidação

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

13.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

13.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

13.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. Forma de Pagamento

13.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

13.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.4. Antecipação de Pagamento

13.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

14.1.2. O regime de execução do contrato será por menor preço por lote.

14.2. Da Aplicação da Margem de Preferência

14.2.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

14.2.1.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se há empate entre as Licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014.

14.2.1.2. Após etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.2.1.3. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o qual ocorrerá de forma automática pelo sistema.

14.2.1.4. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

14.2.2. Para efeito do disposto no “**item 14.2.1.3**”, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

14.2.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do “**item 14.2.1.3**”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.2.2.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

14.2.2.4. O disposto no “**item 14.2.1.3**”, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.2.2.5. Ocorrendo a situação prevista no “**item 14.2.1.3**”, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena preclusão.

14.2.3. Critério de desempate;

a) 1º Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.300.710,60 (um milhão, trezentos mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos), conforme custo unitário apostos no quadro de apuração de preços anexa ao Processo Administrativo Digital N° 2109/2026.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de Recursos vinculados à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 482

Unidade: 020601 - GABINETE DO SECRETARIO

Funcional: 25.752.0006.2013.0000 - Manutenção da Iluminação Pública

Classificação: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 2.751.0000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cerejeiras, 19 de junho de 2026.

Elaborado por,

Bruna Maciel dos Santos

Decreto Nº 084/2026

Assessor de Departamento

Hudson Gabriel De Moura Cechinel

Matrícula 42913

Agente Administrativo

Aprovo,

Edenir Augustinho Delazari

Decreto Nº 160/2021

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos





Município de Cerejeiras

04.914.925/0001-07
Rua Florianópolis
www.cerejeiras.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Tipo do Documento | Identificação/Número | Data |
| Termo de Referência | Nº 051/2026 Retificado | 19/06/2026 |

| | | |
|---|---|-----------|
| ID: 886642 | Processo | Documento |
| CRC: 2B4D2598 | | |
| Processo: 1-2109/2026 | | |
| Usuário: Bruna Maciel dos Santos | | |
| Criação: 19/06/2026 11:08:37 | Finalização: 19/06/2026 11:08:38 | |

| |
|---|
| MD5: 8842F7D36F409F50083D60C07F5C61F9 |
| SHA256: 5B3AE9062F33D9C709A9A38BD6281A1A94FA3E2E2FFE9DDD7BB5620BF1F0EAA4 |

Súmula/Objeto:

Termo de Referência

INTERESSADOS

| | | | |
|---|------------|----|---------------------|
| Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos | CEREJEIRAS | RO | 19/06/2026 11:08:37 |
|---|------------|----|---------------------|

ASSUNTOS

| | |
|--------------------|---------------------|
| ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 19/06/2026 11:08:37 |
|--------------------|---------------------|

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

| | | | |
|--|-------------------------|--------------------------|---------------------|
| | Bruna Maciel dos Santos | Assessor de Departamento | 19/06/2026 11:18:04 |
|--|-------------------------|--------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

| | | | |
|--|----------------------------------|--|---------------------|
| | Hudson Gabriel de Moura Cechinel | Diretor de Repartição de Serviços Públicos | 19/06/2026 11:28:02 |
|--|----------------------------------|--|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------------|---------------------|
| | Edenir Augustinho Delazari | Sec.Mun. Obras E Serv. Publico | 22/06/2026 11:08:21 |
|--|----------------------------|--------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.cerejeiras.ro.gov.br informando o ID 886642 e o CRC 2B4D2598.